



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo nº: **0000603-73.2013.8.26.0566**
Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes**
Requerente: **Angela Maria Duzi Tinta**
Requerido: **Fundo de Investimento Em Direitos Creditórios Não Padronizados Npl I**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que a autora se volta contra sua inscrição perante órgãos de proteção ao crédito realizada pelo réu sem que houvesse justificativa para tanto.

Esclareceu que nada devia a ele que respaldasse sua conduta, sendo a negativação indevida.

Pleiteou por isso o seu cancelamento e o recebimento de indenização por danos morais que experimentou.

A preliminar de falta de interesse de agir da autora suscitada pelo réu em contestação encerra matéria de mérito e como tal será apreciada.

O réu sustentou a legitimidade da negativação que promoveu da autora, porquanto teria recebido em cessão crédito que o Banco Citibank S/A possuía em relação a ela.

Disse, mais, que esse crédito corresponderia a R\$ 842,14 (fl. 30, primeiro parágrafo).



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

O réu, porém, não demonstrou sua alegação como seria de rigor em face do que dispõe o art. 333, inc. II, do Código de Processo Civil, não se podendo exigir da autora que fizesse prova de fato negativo.

Instado a comprovar a cessão que aludiu em seu favor (fl. 90, item 2), o réu postulou a dilação de prazos para tanto (fls. 91 e 94) até esclarecer que “*o contrato em comento é efetivado por meio de telefone, não havendo documento físico com assinatura ...*” (fl. 112).

O argumento não o favorece, inexistindo um só aspecto que ao menos lhe conferisse verossimilhança.

Nem mesmo a prova da cessão do crédito foi produzida e nada de concreto aponta para alguma dívida firmada pela autora – ainda que por via telefônica – perante o Banco Citibank S/A.

O quadro delineado impõe a convicção de que a negativação ocorrida não tinha lastro a ampará-la, sendo bem por isso irregular, de modo que seu cancelamento é de rigor.

Quanto à reparação dos danos morais sofridos pela autora, o documento de fl. 89 demonstra que ela ostenta outras negativações perante órgãos de proteção ao crédito, as quais não foram impugnadas.

Em situações afins, orienta-se pacificamente a jurisprudência por não reconhecer o direito à indenização:

“Agravamento Regimental no Recurso Especial. Inscrição em Cadastro de Proteção ao Crédito. Dano Moral não configurado. Devedor Contumaz. 1. Incabível o pagamento de indenização a título de dano moral quando já houver inscrição do nome do devedor em cadastro de proteção ao crédito. 2. Agravo desprovido.” (AgRg no REsp. 1046681/RS, rel. Min. **JOÃO OTÁVIO NORONHA**, 4ª Turma, j. 09/12/2008).

“Consumidor. Inscrição em Cadastro de Inadimplentes. Dano moral inexistente se o devedor já tem outras anotações regulares, como mau pagador. 1. Quem já é registrado como mau pagador não pode se sentir moralmente ofendido por mais de uma inscrição do nome como inadimplente em cadastros de proteção ao crédito; dano moral haverá se comprovado que as anotações anteriores foram realizadas sem prévia notificação do interessado. 2. Recurso especial não conhecido.” (REsp 1002985/RS, rel. Min. **ARI PARGENDLER**, 2ª Turma, j. 27/08/2008).

“Danos morais. Negativação indevida que não gera dano moral se há outras anotações anteriores em nome do autor. O dano moral se liga à indevida idéia de mau pagador e descumpridor de obrigações, o que não ocorre se o autor tem seu nome negativado por outras dívidas. Dano moral não caracterizado. Decisão acertada. Recurso improvido.” (TJ/SP, Apel. 543723-4/4, 4ª Câm. de Direito Privado, rel. **MAIA DA CUNHA**).



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

A Súmula nº 385 do Colendo Superior Tribunal de Justiça cristalizou esse entendimento ao dispor que *“da anotação irregular em cadastro de proteção ao crédito não cabe indenização por dano moral, quando preexistente legítima inscrição, ressalvado o direito ao cancelamento”*.

Não se acolhe, em consequência, o pedido formulado a propósito.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE EM PARTE** a ação para cancelar a negativação da autora tratada nos autos, tornando definitiva a decisão de fl. 25.

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 18 de novembro de 2013.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA